

PROJETO DE RESOLUÇÃO

***Recomenda ao Governo Regional a criação de um Gabinete
Intersetorial de Apoio ao Migrante da Venezuela***

A Região Autónoma da Madeira, à semelhança da realidade Continental, sempre foi uma Região marcada pela emigração das “gentes” que iam em busca de uma vida melhor. Devido à fome e à miséria que se viveu durante décadas, hoje, é possível afirmar que a maioria dos madeirenses tem um familiar ou um amigo emigrado pelo Mundo, realidade que, inclusivamente, tem vindo a aumentar, na atualidade.

A Venezuela desde cedo se tornou um destino privilegiado, quer pela proximidade da língua, quer por relações familiares e de amizade, que facilitavam o processo de integração dos emigrantes, além das oportunidades de emprego, que não exigiam grande tecnicismo, fundamental pela baixa escolaridade dos nossos emigrantes da época.

Atualmente, na Venezuela, está sediada uma das maiores, se não mesmo a maior Comunidade Madeirense pelo Mundo e hoje, novamente, a Venezuela volta a viver uma grave crise económica, social, política e humanitária, à semelhança do que aconteceu nos finais da década de 80.

Como consequência, a maior parte destas pessoas está a regressar, deixando naquele País o trabalho de uma vida. Chegam sem nada e esperam, da parte do Governo Regional, apoio, respostas, soluções. Por outro lado, a Região Autónoma da Madeira vê-se confrontada com uma “nova realidade [que poderá tornar-se] um problema maior”, conforme afirmou a Secretária Regional da Inclusão.

Esta situação está já refletida no número de inscritos no centro de emprego que, em fevereiro de 2017, “pesava” 15% na taxa de desemprego regional. Da mesma forma os pedidos de ingresso nas escolas da Região, nos diversos níveis de ensino, têm



Grupo Parlamentar Juntos pelo Povo

umentado, bem como os pedidos de apoio no Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM e nas autarquias locais.

Foi já referido pela Secretária Regional da Inclusão que este é um “novo problema” que carece de “programas europeus e nacionais”. Contudo, no nosso entender, é fundamental, primeiramente, considerar as especificidades desta situação: estas pessoas não conhecem o Sistema Governamental da Região, não sabem onde se dirigir e o que fazer. No fundo, estas pessoas, que “são nossas”, são “novos” imigrantes que regressam a uma Região que já não conhecem. Mas que continuam a sentir como “sua”.

Esta situação exige, primeiramente, que o Governo Regional tome diligências no sentido de promover um atendimento e um apoio específico para as pessoas que estão a regressar da Venezuela, seja para apoio financeiro, apoio no âmbito da educação, apoio na saúde ou, simplesmente, para apoio na regularização de documentação essencial para a sua permanência na Região.

Estas pessoas além de estarem na Região “forçadas” e, muitas delas, com pouco ou nada, encontram-se psicológica e emocionalmente instáveis. Entende-se ser imprescindível um Gabinete Intersetorial que permita aos migrantes se dirigirem apenas a um só local, que consiga responder ou, encaminhar, a situação para os serviços correspondentes, de forma a evitar que estas pessoas andem “de um lado para o outro” sem saber o que efetivamente precisam. É fundamental estabelecer parcerias, quer com autarquias locais, quer com outros departamentos governamentais e não-governamentais.

Além disso, é essencial a criação de uma linha telefónica de apoio ao migrante, para esclarecimento rápido, evitando os gastos desnecessários em transporte a que estas pessoas, muitas delas de zonas rurais, estão sujeitas.

Neste sentido, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira recomenda ao Governo Regional que:



Grupo Parlamentar Juntos pelo Povo

1. Crie um Gabinete Intersectorial de Apoio ao Migrante da Venezuela (GIAMV) que permita, num só espaço, prestar apoio ao Migrante oriundo da Venezuela, nomeadamente:
 - a. Assuntos de registo e notariado;
 - b. Assuntos de Segurança Social;
 - c. Equivalência de estudos e/ou integração no Sistema Regional de Ensino da RAM;
 - d. Assuntos relacionados com a prestação de serviços de saúde;
 - e. Assuntos relacionados com o Emprego;
 - f. Outros assuntos.

2. Crie uma linha de apoio telefónica ao migrante.

3. Estabeleça os protocolos/parcerias/acordos de cooperação necessários com as diversas entidades governamentais e não-governamentais, para o efeito.